

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.606 - PR (2019/0050167-6)**

RECORRENTE : ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADOR : ROBERTO BENGHI DEL CLARO E OUTRO(S) - PR031448  
RECORRIDO : LATICÍNIOS LATCO LTDA  
ADVOGADO : MARCIO RODRIGO FRIZZO - PR033150

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO CIVIL. PETIÇÃO INICIAL NÃO INSTRUÍDA COM O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, NEM COM O DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DO DÉBITO EXEQUENDO. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTOS NÃO EXIGIDOS PELOS ARTIGOS 2º, §§ 5º E 6º, DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL E 202 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (SÚMULA N.º 559 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA). CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA QUE INDIVIDUALIZA O MONTANTE PRINCIPAL, OS JUROS, A CORREÇÃO MONETÁRIA E OS RESPECTIVOS TERMOS INICIAIS. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER VÍCIOS. DÉBITO ORIGINÁRIO DE DECLARAÇÃO DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE. DESNECESSIDADE DE QUALQUER PROVIDÊNCIA POR PARTE DO FISCO PARA CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO (SÚMULA N.º 436). DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA EXECUTADA. CONSTRIÇÕES JUDICIAIS DETERMINADAS PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INCLUSIVE NAS HIPÓTESES DE EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Na origem, trata-se execução fiscal cujo valor da causa, em dezembro de 2015, era de R\$ 169.952,61 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Em sede de decisão interlocutória, o juízo de primeira instância indeferiu o pedido de suspensão dos atos de constrição dos bens do executado.

O tribunal *a quo*, conforme ementa acima colacionada, reformou a decisão, entendendo que não compete ao juízo da execução fiscal ordenar a realização de constrições sobre o patrimônio da agravante, que se encontra em recuperação judicial.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação ao art.

6º, § 7º da Lei n. 11.101/05, ao art. 5º da Lei 6.830/80 e ao art. 187 do CTN.

Sustenta, em síntese, que o crédito exequendo não está sujeito à recuperação judicial e que a execução fiscal deve prosseguir, inclusive, com a realização dos atos de constrição de bens pelo juízo da execução fiscal.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

A matéria deduzida no presente recurso especial, qual seja, a possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal, foi afetada para julgamento sob a sistemática do repetitivo, nos REspS ns. 1.694.316/SP, 1.694.261/SP e 1.712.484/SP.

Diante disso, torna-se impositiva a suspensão dos feitos pendentes que tratem da mesma matéria, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015.

Por sua vez, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com tais dispositivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator, no Superior Tribunal de Justiça, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após o julgamento do paradigma, seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

O referido entendimento restou assentado no art. 34, XXIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com a atribuição de competência ao relator para “determinar a devolução ao Tribunal de origem dos recursos especiais fundados em controvérsia idêntica àquela já submetida ao rito de julgamento de casos repetitivos para adoção das medidas cabíveis”.

Neste sentido, destacam-se os julgados: AgInt no REsp 1646935/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 09/04/2018, EDcl no AgInt no REsp 1478016/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 06/04/2018, AREsp 751.282/PB, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 10/09/2015; AREsp 877.159/MG, Rel. Min. ASSULETE MAGALHÃES, DJe 06/04/2016; bem assim os precedentes abaixo, cujos excertos transcreve-se:

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (RESP 1.201.993/SP, que cuida do tema: "prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco

anos, contados da citação da pessoa jurídica ").

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015, conforme o caso.

(...)

Pelo exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015 e, após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia:

a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou

b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo. (REsp 1633320/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Dje 07/11/2016)."

"O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.201.993/MG de relatoria do Min. Herman Benjamin (DJe de 25.10.2010), submeteu à Primeira Seção/STJ a questão relativa ao termo inicial da prescrição para o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente, a fim de que tal recurso seja julgado na forma dos recursos repetitivos.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos (na Corte de origem), que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal.

Posteriormente, tais recursos devem ter seguimento negado (na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça) ou devem ser novamente examinados pelo Tribunal de origem (na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça).

Assim, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após publicado o acórdão relativo ao recurso representativo da controvérsia, o recurso especial seja submetido ao procedimento acima referido.

Consequentemente, torno sem efeito a decisão de fls. 510/513 e julgo prejudicado o agravo interno de fls. 517/525. (AgInt no AREsp 970052/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Dje 4/11/2016)."

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso especial representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a

análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

